

# A EMIGRAÇÃO DE FRIULI VENEZIA GIULIA PARA O BRASIL

Javier Grossutti

As primeiras notícias relativas à possibilidade, para os habitantes da atual região de Friuli Venezia Giulia, de alcançar como emigrantes as terras do interior do Brasil remontam a 1872. Em 8 de junho daquele ano, em fato, o Cônsul Geral do Brasil em Trieste Barão Mario de Morpurgo enviou ao excelentíssimo Governo Regente Imperial Marítimo da cidade giuliana alguns exemplares e relativas traduções do contrato subscrito em 31 de janeiro do mesmo ano em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, de Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul e de Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia para a introdução de quarenta mil colonos no intervalo de dez anos [1]. Na carta que acompanha a cópia do contrato, o Cônsul Geral pede de tornar o acordo “de publicidade para ciência e conhecimento à quem possa interessar tais estipulações por parte daquele governo [brasileiro] para não ser eventualmente enganado por contratúarios ou os seus encarregados”. Segundo o artigo primeiro do acordo, de fato, Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia. “se obrigam a introduzir naquela província [São Pedro do Rio Grande do Sul], no espaço de dez anos, até um número de quarenta mil colonos, distribuídos em famílias, de bons costumes, em perfeita saúde, jamais menores de dois anos e nem maiores de quarenta e cinco anos, exceto no caso de pai de família”. Os colonos, adiciona o contrato, “serão de três classes: operários, diaristas, e agricultores. Os colonos não agricultores não poderão exceder um número de dez por cento do total”. O artigo sexto estabelece que “os emigrantes serão originários metade do sul e metade do norte da Europa, e poderão ser somente: Escandinavos, Escoceses, Ingleses, Holandeses, Belgas, Alemães, Suíços, Austríacos, Húngaros, Franceses, Bascos e Portugueses”. No mesmo artigo se indica que “os Alemães não poderão superar a metade do total complexo de emigrantes”. O artigo sucessivo estabelece que “o número de colonos a serem introduzidos em

cada ano será de um máximo de seis mil e de um mínimo de dois mil salvo em caso de força maior justificada primeiramente ao Governo da província”. O artigo sete estabelece os benefícios oferecidos pelas autoridades aos agentes Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia. “que receberão a subvenção de sessenta mil réis por indivíduo maior de quatorze anos; de cinquenta mil réis para aqueles que estivessem entre dez e quatorze anos e de vinte e cinco mil réis para aqueles que estivessem entre dois anos e dez anos completos”. Segundo o acordo, o Governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul “receberá os colonos na cidade de Rio Grande ou nesta capital [Porto Alegre] se até aqui chegassem as embarcações que os transportem” (art. 9) e “garante aos colonos hospitalidade e alimentação na cidade do Rio Grande, como também os transportes de lá para esta capital e para as Colônias Provinciais” (art. 14). Os friulanos “austríacos” e os habitantes da Venezia Giulia sujeita a administração do império austro-húngaro não pareciam aderir às facilidades oferecidas pelo tratado e se deverá esperar até 1877 para constatar um número relativamente consistente de passagens para o Brasil. No decorrer daquele ano, todavia, o Ministério do Interior austríaco adota uma série de medidas para dissuadir a emigração para o Brasil: o escritório governativo de fato difunde um texto com o título *La sorte degli emigrati al Brasile (A sorte dos emigrados no Brasil)* no qual vinham descritas as experiências negativas de alguns vilarejos de colonos nos estados de Minas Gerais, de São Paulo e da Bahia. “Deste último estado vinham, muito provavelmente, os 19 emigrantes que tornaram em 1874, e precisamente das colônicas Muniz e Teodoro, vilarejos de 1.333 colonos (em junho de 1873), prevalentemente cidadãos alemães e austríacos, entre os quais 126 da Boêmia. As dificuldades e a trágica situação sanitária e alimentar nas quais aqueles emigrantes se encontraram, determinou um distanciamento daquelas colônias e provocou um forte protesto em frente às sedes consulares alemã e austríaca no Rio de Janeiro, onde foram acolhidos na Hospedaria dos emigrantes”[2].

## **Do Friuli “italiano” ao estado do Rio Grande do Sul**

Serão, ao invés, os agricultores do Friuli italiano a serem majoritariamente envolvidos nos fluxos para o Brasil. Em 1878, de fato, nas colunas do “Boletim da Associação Agrária Friulana”, Gabriele Luigi Pecile indica Ampezzo, Forni di Sopra, Buja, Gemona, Cimolais, Frisanco, Cordenons Fontanafredda, Rived'Arcano, Roveredo in Piano, Caneva e Polcenigo entre os relativamente poucos municípios da então província de Udine “que possuem emigrados no Brasil”[3]. Significativa, por exemplo, é a experiência da família Di Fant que parte do município de Rive d'Arcano: Federico, classe 1848, nascido em Madrisio di Fagagna, a esposa Felicita Toniutti, classe 1854, e os filhos Costantino e Virgilio nascidos respectivamente em 1873 e em 1876, deixaram Rodeano Basso nos últimos dias de julho de 1877. Chegaram ao porto de Gênova, onde em 31 de julho o Consulado Geral do Brasil expediu os seus vistos de ingresso. É provável que juntamente aos Di Fant tenham pedido visto para o Brasil também outras famílias de Rodeano Basso, cidade de origem de Felicita Toniutti. O Pecile observa que em 1878 de Rive d'Arcano “partiram duas famílias para o Brasil, junto com quatro indivíduos que, não deram nenhuma informação sobre eles”[4]. O pároco da igreja de São Nicolau de Rodeano expediu, em 13 de julho de 1877, um certificado atestando o fato que os cônjuges Di Fant “são pessoas piedosas e religiosas, e que os seus costumes e condutas morais religiosas foram até então louvável sob qualquer aspecto e por todos honrada”. Depois de uma viagem de quase 3 semanas a bordo do navio “Nord America”, o Di Fant desembarcaram no porto do Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1877. Alcançaram então a Colônia Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves, no estado meridional do Rio Grande do Sul), onde ficaram até meados de 1882. Antes de deixar a colônia, Federico construiu a terceira casa sólida (casa de pedra) de Dona Isabel que em seguida se tornou sede da Sociedade de Ajuda Mútua Rainha Margherita, então do Hospital Tacchini. Em torno de 1889, a família Di Fant é na Colônia Alfredo Chaves (hoje Veranópolis), onde nasceram outros filhos. Na virada do século, os Di Fant chegaram à Colônia alto Jacuí (hoje Não-Me-Toque): Federico teria morrido nesta localidade do Rio Grande do Sul entre 1901 e 1908. A mulher Felicita e alguns dos

quatorze filhos dos cônjuges Di Fnat, entre os quais também Costantino, se transferiram, então a Nonoal, na divisa com o estado vizinho de Santa Catarina [5]. A distância de quase maio século, na segunda metade dos anos 1970, Victorino, um dos filhos de Costantino, se estabeleceu em Santa Isabel do Oeste, no estado do Paraná. Sucessivamente, Victorino e alguns dos seus treze filhos, estão entre os fundadores e primeiros residentes da cidade de São Gabriel do Oeste, no estado do Mato Grosso do Sul. Na década sucessiva, Acácio Defante, neto de Victorino, alcançou a cidadezinha de Balsas, no Maranhão, enquanto o seu irmão se estabeleceu em uma localidade entre a divisa de Mato Grosso e o Pará no norte do país. Esta peregrinação contínua dos Di Fant primeiro no interior dos estados do sul como o Rio Grande do Sul e o Paraná, depois do centro-oeste como o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, então do nordeste como o Maranhão ou do norte como o do Pará reflete o percurso migratório de muitos outros colonos italianos chegados no Brasil entre os anos Setenta e Oitenta de 1800. Com o crescimento das próprias famílias com o nascimento dos filhos, os matrimônios de muitos destes e a criação de novas famílias, os pioneiros e os seus descendentes procuravam sempre mais ao norte, nas zonas não ainda populadas, novas disponibilidades de terras para cultivar. Um motivo, aquele da procura de novas terras, que tinha encorajado boa parte dos agricultores friulanos a alcançar o interior do Brasil, mas também da Argentina a partir de 1877.

Em Casso, no extremo mais ocidental do Friuli, as partidas para o interior do Brasil tiveram início em setembro de 1877. Antonio Mazzucco *Tonin*, descendente dos pioneiros cassanos chegados em Rio Maior nos arredores de Urussanga no estado de Santa Catarina recorda os mecanismos e características do fluxo.

A propaganda os intermediários que propunham a emigração induzia alguns a ir para o Brasil para verificar e então referenciar a sua verdade nas histórias: um deles era o avô de Mazzucco, que junto com o próprio irmão se estabeleceram no estado do Paraná. O irmão do avô retornou contando as maravilhas da América. Os emigrantes de Casso partiram junto com alguns Beluneses em direção a Urussanga. Por engano

também os casseses foram para Urussanga e não a Morretes, onde os esperava um seu conterrâneo. Depois de várias peripécias todo o grupo se reuniu em Rio Maior, onde as condições de vida ao início eram duras, com o intuito seja de adaptação ao ambiente e à alimentação, seja do tipo de trabalho agrícola ao qual eram habituados. Muitos morriam soterrados por árvores durante os trabalhos de desmatamento [6].

“Quando algum representante do governo [brasileiro], ou um empresário, ou qualquer outro, requeria uma grande extensão de terra para vendê-la ou colonizá-la, se endereçava ao imperador. Como a *Nuova Venezia* havia 'o Napoli' (diretor da colônia Nova Venezia), nesta colônia existiam outros; iam para qualquer cidadezinha na Itália e encantavam as pessoas: faziam propaganda dizendo que aqui havia 'ouro sobre a terra' e ao invés era terra batida que não se podia nem mesmo trabalhar! ... e da nossa parte chegaram a partir daqueles de Casso. Aqueles de Casso foram a Morretes, é logo abaixo da serra, as serras são as montanhas. Então meu avô e Ignazio, o seu irmão, foram juntos ver para depois voltar e trazer a notícia aos habitantes de Casso como era aqui (no Brasil), se era verdade aquilo que contavam os outros. Os dois irmãos ficaram aqui por um pouco de tempo, depois Ignazio, que não era casado tornou a Casso e contou: 'Vejam, na América tem de tudo, a salada lá se chama *palmin'*. Vocês sabem o que é o *palmin'*? É uma árvore, e disse ainda: 'Não devemos nem ao menos cultivar a terra, se faz a salada com aquela coisa lá!' E não era fantasia, era realmente a América verdadeira! Então Vincenzo ficou lá. Aqueles de Casso embarcaram juntamente com aqueles de Belluno que iam para Urussanga. E quando chegaram ao porto de Santos, onde havia uma parte daqueles de Casso que iam para Morretes, foram todos colocados na mesma embarcação e se dirigiram à Urussanga perdendo Vincenzo! Chegando lá, não sabiam como ir a Morretes e muito menos onde estavam Vincenzo e seu irmão. Vincenzo escreveu à Itália perguntando se haviam já partido e da Itália o responderam: Sim, mas me disseram que em Morretes não chegaram! Meu Deus, e agora? Então os outros disseram: Escuta, nós chegamos aqui em Urussanga, mas aqui não tem nem Morretes e Cencio [Vincenzo]! Então aqueles da Itália responderam: 'Veja, Morretes é no estado do Paraná'. Então um

daqueles de Rio Maior, um irmão de Cencio, foi embora e disse: 'Venha a Rio Maior que tem terra para você também', e esperou ali fora. E lá, em Rio Maior, começaram a viver, mas a vida era dura, muito dura. Quando o meu avô morreu eu tinha 35 anos, o velho Cencio me contava sempre, que tinha estado em Morretes, que tinha visto grande parte do Brasil, quase todos os estados, que tinha sido militar na Itália, e sabia tantas coisas, só não sabia falar português, falava, se defendia bem, com tentativas ou gestos, de qualquer maneira se fazia entender. E contava que passou magro os primeiros meses, os primeiros anos porque não era acostumado com a comida. Minha avô quando chegou tinha 35 anos. Disse que uma vez comeu carne, porque um raio matou um boi. Tantas vezes ríamos em casa, mas não tinha nada de engraçado, *boia can!* E dizia também que deviam criar gado mas ninguém era agricultor! E aqui eram obrigados a ser, mas como? Na Itália a terra era completamente diferente. Aqui eram os brasileiros que os ensinavam a cortar as plantas e tantos dos nossos morreram, tanto que muitos consideravam os bosques como uma guerra, porque quando uma árvore era cortada, se cortava tudo em volta e depois não se sabia em que parte cairia e ali ao lado tinha um outro que terminava embaixo do tronco enquanto trabalhava. Era uma coisa séria, uma situação difícil, e não tínhamos nada somente aquilo que tinham trazido da Itália.”

A viagem de reconhecimento de qualquer cassano antes de 1878 é confirmada por Lanfranco Morgante do “Comitê da Associação Agrária Friulana pelo patrocínio dos agricultores friulanos emigrados na América meridional” que descreveu a passagem além do oceano de “um caixeiro viajante, que partiu em setembro de 1877 para o Brasil, de onde depois escreveu várias dizendo estar muito bem, exemplo que não tardou muito a ser seguido”[7]. A experiência dos cassanos revela uma estratégia migratória compartilhada por todo o grupo que, enquanto liga a comunidade no país, também a mantém unida no exterior. Se trata de uma escolha que, já a partir da segunda metade de 1800, se repete em muitas outras comunidades alpinas do Vêneto e do Friuli que na emigração, sobretudo além do oceano, vêem a realização de um “projeto irreflexível, mas objetivo, de ascensão econômica e social obstinadamente

perseguida, e em parte realizada, ao longo de algumas gerações”[8]. As notícias sobre novas perspectivas de vida além do Atlântico, de fato, foram de imediato favoravelmente acolhidas pelos moradores de Casso que com 47 pessoas (das quais 10 famílias e 4 solteiros) alcançaram o percentual mais alto (30,24) de emigrantes por mil habitantes de todo o distrito de Maniago. “A fração de Casso – observa o Morgante – ponto extremo ocidental da província, contribuiu sozinha à emigração com 47 dos seus 377 habitantes. (da fração de Erto ninguém); e poderia ter dado tantos outros, já que, como nota aquela honorada prefeitura, eram 130 os passaportes com o mesmo fim já regularmente obtidos, mas foi a própria falta de dinheiro a impedir que todos fizessem uso”. O encontro, em 27 de março de 1878, na estação de Conegliano, de beluneses, longaroneses, cadorinos, friulanos e trevisanos em partida para o estado de Santa Catarina via Milão, Turim, Modane, Lyon, Paris e Le Havre foi descrito minuciosamente pelo padre Luigi Marzano, missionário apostólico e vigário de Urussanga [9]. Chegando ao porto normando, vênnetos e friulanos compartilharam vinte e seis longos dias no piróscafo francês “Saint Martin” até o Rio de Janeiro e quase outros tantos para alcançar o destino final passando por Santos, Desterro (Florianópolis), Laguna e Tubarão. Chegando a Urussanga os dois grupos se colocaram geograficamente bem separados: os vênnetos, em maior número e provenientes de várias localidades (Longarone, Castellavazzo, Provagna, Pirago, Soffranco, Igne), ocuparam a sede colonial as localidades do Rancho dos Bugres, Linha Rio Maior, São Pedro e São Valentim. Os cassanos, ao invés, se acomodaram em Rio Maior, em uma zona de colinas elevadas, seis quilômetros ao norte das sedes coloniais, nas margens do rio homônimo [10]. Eram as famílias de Ignazio, Agostino e Giovanni Maria Mazzucco *Tonin*; Bernardo Mazzucco *Bianco*; Felice Manarin *Mangioni*; Bernardo De Lorenzi *Dinon*; Caetano e Francesco De Lorenzi *Cancellier*; Giovanni De Lorenzi *Canever*; Felice Barzan *Bacelo*; Beniamino Mazzucco *Menego*; Giovanni De Lorenzi *Cancellier*; Antonio e Francesco De Lorenzi *Canever*; Agostino De Lorenzi *Bocardo*; Antonio De Lorenzi *Frol*; Felice De Lorenzi *Cancellier* e Giacomo Manarin *Buchio* [11]. A divisão do território entre as duas comunidades é um fenômeno que diz respeito não somente a Urussanga, mas muitas

outras comunidades nas quais se estabeleceram colonos originários do Friuli e do Vêneto. Na colônia Dona Isabel, em Monte Belo do Sul no estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, friulanos, (de Poffabro, Frisanco, Maniago, Polcenigo, Cavasso Nuovo) e vênnetos (das províncias de Treviso, Belluno e Vicenza) se fixaram respectivamente nas localidades de Argemiro e Santa Bárbara os primeiros, de Zamith e Alcântra os segundos [12]. A presença de um grupo de famílias de Cavasso Nuovo na Linha Argemiro (superfície 151.250 m<sup>2</sup>), por exemplo, populada a partir de 1877 quase completamente por colonos friulanos, é certa: ali estavam as famílias de Antonio e Isabella Bernardon (a filha Anna, nascida a Cavasso em 31 de julho de 1875 se casa com Thiago Fachinello di Asolo em 23 de abril de 1894); Giuseppe Toffoli (figlio di Michele e Maddalena Lovisa, nascido a Cavasso em 25 de agosto de 1854; se casou com Anna Lovisa em 7 de novembro de 1882); Rosa Lovisa (filha de Giacomo e Lucia Lovisa, nascida em Cavasso em 27 de maio de 1856; casada com Davide Longo di Poffabro) e os irmãos Anna e Domenico Lovisa (filhos de Nicola e de Caterina Colussi). Anna, nascida em Cavasso em 26 de abril de 1861 se casa com José Toffoli (morto em 4 de abril de 1898) e, em um segundo matrimônio, José Cesca; Domenico, nascido em Cavasso em 29 de maio de 1863, se casa com Maria Romana Luisa Vissat de Frisanco [13]. Entre friulanos e vênnetos as relações são relativamente limitadas e o ridículo dos quais são objetos os primeiros demonstra a linha divisória que separa as duas comunidades: “Vistam-se bem, senão se parecerão com aquelas friulanas feias” “*Vestiti ben, se no te pare una di chele furlanate!*” recomendavam os homens às mulheres de Monte Belo do Sul. A Rio Major a situação não era muito diferente: Antonio Mazzucco *Tonin* observa que haviam poucas relações entre os originários de Casso e aqueles da vizinha Longarone:

“[Entre cassanos e longaroneses] Não se entende como é possível, que por tradição nem mesmo aqui se possa fazer amizade.”

Às vezes a proximidade entre vênnetos e friulanos é mais evidente na pátria que no exterior. Neste caso é devida principalmente às preferências concedidas ao Brasil



como meta migratória principal. Isto aconteceu sobretudo nas áreas de fronteira: os moradores de Casso partiram junto com aqueles de Longarone e Castellavazzo; aqueles de Caneva, no distrito de Sacile, chegaram ao Brasil com os conterrâneos da vizinha Cordignano [14]. O fenômeno não pode ser subestimado porque são justamente estas duas comunidades do Friuli ocidental aquelas que, inicialmente, exprimiram o maior número de partidas para o Brasil. [15]. Em Friuli, de fato, é verdade que a emigração além do oceano, no início se direcionou ao Brasil mas prontamente se orientou em direção à Argentina. “A emigração para o Brasil, das notícias que recebemos do distrito de Sacile e de outras partes da províncias, teriam sido para nós desgraçada” observa Gabriele Luigi Pecile [16]. E adiciona: “Se a emigração dos nossos para a Argentina teve um fim até agora pouco contente e muito descontente, a emigração para o Brasil foi ainda mais desastrosa. As cartas não péssimas, e muitos emigrados que partiram para lá não deram notícias suas”. [17]

A experiência brasileira dos cassanos teve, toda via, êxitos diversos. Em 1880, dois anos depois da chegada dos primeiros colonos, alcançaram o Rio Maior outras três famílias originárias de Casso (Eugenio, Vincenzo e Antonio Mazzucco *Tonin*), mais aqueles de Giuseppe, Lino e Giacomo Mazzucco *Baco* (de Castellavazzo), de Stefano Pilon (de Pirago), de Mariano Patel , de Antonio Bratti (de Cimolais) e de Giovanni Sacht. Em 1888 seguem as famílias de Stefano Giordani de Claut e de Battista Fabbro em 1893 [18]. O sucesso da experiência migratória parecia também apoiada pelos poucos retornos à pátria. Apesar das adversidades com as quais os cassanos andaram de encontro, Antonio Mazzucco *Tonin* recorda de fato que:

Os idosos emigrados eram convictos que estar no Brasil fosse melhor que viver na Itália, mesmo amando esta última como a pátria deles. As mulheres, pelo contrário, teriam preferido ficar na Itália, mesmo sendo pobres. Se lamentavam da natureza e do clima. Mas resistiam duramente e seguiam a diante. De Rio Maior somente um retornou à Casso, mas por causa de problemas com a família:

“Os velhos homens nunca disseram que a Itália era melhor, a amavam como pátria, mas não era melhor, aqui era melhor; mas para as mulheres não! Minha avó e todas aquelas velhinhas diziam: 'Na Itália sim que era melhor. Por pior que fosse, que fossemos pobres, ma lá era melhor.' Todas diziam isso, não escutei nenhuma dizer que aqui era melhor. 'Não é perigoso!' Lá, diziam elas, uma maçã não tem bichos, a uva cresce sem colocar nada na terra, aqui não. 'Lá era tudo melhor, porque tem verão e inverno, não é como aqui que faz um calor tremendo.' Aqui se vivia levando em frente, com cansaço e muito poucos voltaram pra casa. E dos nossos aqui de Rio Maior, que vieram de Casso, somente um voltou para Itália! Um só partiu, e tornou de novo à Casso, foi De Lorenzi *Cancellier*. Não se dava bem com a nora, não sei porque voltou para Casso. Mas quando chegou de novo a Gênova estava cheio de piolhos, até então, foi o único homem que voltou pra trás.”

Substancialmente análogas são as observações de Antonio Cordella de Zoldo Alto que na carta que envia de Urussanga ao prefeito do próprio vilarejo em 1892 escreve: “Para dizer a verdade eu sou mais que contente e não voltarei jamais para o meu país” [19]. A prova da incerteza inicial com a qual, toda via, foi afrontada a escolha migratória, até mesmo transoceânica, vale como exemplo a decisão tomada pelos cassanos de não alienar as próprias pertinências. No relatório escrito por Lanfranco Morgante, o prefeito de Erto e Casso observa de fato que:

“Para os expatriados a emigração será vantajosa. Estes são tão trabalhadores, habituados às dificuldades e aos mais fortes sacrifícios, que bem se pode dizer não se encontra em nenhuma outra região ou vilarejo, por quanto seja infértil e triste, pessoas que trabalhem tanto e se alimentem tão mal e durmam até sobre as pedras e sobre a terra nua. São gente de ferro; e a emigração será para eles sempre muito bem-vinda quando terão polenta para comer à saciedade. Na fração de Casso, pouquíssimas famílias fazendo exceção aos bem de vida, se come batata, poucos grãos de feijão e um par de vezes na semana a polenta feita com um quarto de farinha de milho e de resto batatas com toda a casca. Foram os habitantes da fração de Casso

que, alguns anos atrás, nas obras ferroviárias no exterior, com a máxima assiduidade e economia se distinguiram trazendo dinheiro para as respectivas famílias; para as quais então se dizia que a emigração era boa, e tantos outros que não encontravam trabalho no município. Nenhum dos emigrados vende a própria propriedade para transferir-se na América, e muito menos a deixou sem ter provisto qualquer um que a cultivasse. O dinheiro necessário puderam obter diversamente: alguns já possuíam economias, outros o conseguiram com a venda de uma parte do rebanho. Expatriaram com intenção de voltar; e foram munidos de dinheiro de modo que pudessem voltar logo se na América as coisas fossem mal. Como vão até agora precisamente não se sabe [20].”

Os cassanos, como recorda Antonio Mazzucco *Tonin*, se estabeleceram definitivamente em Rio Maior. Na virada dos séculos XIX e XX a zona é completamente populada e as terras à disposição não são mais suficientes. Os cassanos, como fez em um contexto diverso a família Di Fant, compraram os terrenos distantes e ainda não ocupados, onde se estabeleceram os seus filhos nascidos no Brasil: surgiram assim os habitantes de Palmeiras Alta (1898), Palmeiras do Meio (1901), Rio Palmeiras Baixo (1907/8), Rio Molia (1892/3) e Palermo (1902). É o trabalho como quebrador de pedras nas construções das numerosas pontes situadas ao longo da ferrovia “Theresa Chirstina”, que liga a localidade de Lauro Müller ao porto de Imbituba, o que permite aos cassanos juntar o dinheiro necessário para comprar as novas terras. A ferrovia foi financiada pelos ingleses e era utilizada para o transporte de carvão. No Brasil, então, os pioneiros de Casso se encontram inicialmente tendo que fazer um trabalho idêntico àquele que havia marcado as precedentes experiências migratórias sazonais nas “Alemanhas”.

Antonio Mazzucco *Tonin* ainda recorda justamente que os homens iam procurar trabalho distante, para fazer o tipo de trabalho nos quais eram especializados: quebradores de pedras e construtores de pontes e ferrovias. Encontraram serviço na empresa inglesa que construía a ferrovia que ligava uma mina de carvão que se

encontrava a Lauro Müller ao mar, com os portos de Laguna e Imbituba. Em Casso ninguém era agricultor de verdade, mas todos pedreiros e quebradores de pedra, por isso naquele tipo de trabalho eram hábeis e ganhavam muito, mas tiveram que empregar o dinheiro para comprar terras para acomodar os filhos que se casavam. Na verdade o governo brasileiro os havia trazido para trabalhar como agricultores, confiando à eles porções de terra. Assim de Rio Maior se expandiram a Palmeiras do Meio.

“Os homens deviam ir longe para encontrar trabalhos bem pagados. Aqui em cima tinha uma mina de carvão, e uma estrada de ferro e eles eram todos pedreiros para fazer as pontes e as estradas de ferro, porque como dissemos antes, aqueles que vinham de Casso não eram agricultores, eram todos pedreiros, cortadores de pedra e aqui se aproveitaram destes cortadores de pedra para fazer as pontes para a estrada de ferro. Estavam todos ocupados, em casa ficavam só mulheres, e por isso os bugres se aproveitavam para invadir as casas. Era um perigo maluco. Em Casso como pedreiros eram obrigados a trabalhar fora, eles diziam '*fora pal Essempon*' [...] Nas estradas de ferro trabalharam entre '92-'93 quando os ingleses chegaram para levar o carvão, aquele carvão era de um tal que se chamava Enrique Lajes, que antes era o Visconde de Barbacena, um donde, que eles aqui chamam de visconde [...] A extração era aqui em cima, mas e o transporte do carvão? Então eles contrataram uma companhia inglesa para construir uma estrada de ferro lá em cima de Lauro até o porto de Laguna ou Imbituba, mas primeiro Laguna, depois Imbituba que é um ramal, depois da ponte, que faz passar para a parte de lá da baía, duas vias uma que vaia para Imbituba e a outra que vai para Laguna. Aqueles eram os dois portos e o carvão devia chegar lá, então decidiram fazer a estrada de ferro. Então a maioria dos nós foi trabalhar lá, agricultores e todos aqueles que tinham condições de ir trabalhar fora [...] Então quando a estrada de ferro foi terminada todos nós tínhamos um pouco de dinheiro, e era bom, mas assim que foi possível todos compraram terras porque quando os emigrantes chegaram o governo deu um terreno para cada família, um terreno com 30 hectares. Mas depois vieram os filhos, e devíamos comprar um

terreno porque naquela época me lembro que vinha sempre a pergunta: Fulano de tal vai se casar com a fulana de tal, compre um terreno? Não e lhe pediam um trator! Agora aqui, esta colônia se chama Palmeras do Meio, e é tudo ainda nosso. Lá em cima se chama Palmeras Altas e lá em baixo se chama Palmeras Baixa, e é tudo daqueles de Rio Maior, os filhos destes aqui. Aquelas terras lá foram todas compradas com o dinheiro ganho com a tal da estrada de ferro.”

Nas escolhas migratórias além do oceano, os habitantes de Val Colvera, no Friuli ocidental, também privilegiaram o Brasil. De 1871 a 1889 cruzaram o oceano 194 pessoas pertencentes a 29 núcleos familiares; embora o “Registro da população do Município de Frisanco” marcou a destinação “América” para qualquer viagem transoceânica, aquela brasileira é quase certa [21]. Se trata sobretudo de famílias de poffabrinos que no Brasil se estabeleceram nas colônias Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) e Conde d'Edu (atuais municípios de Garibaldi e Carlos Barbosa)[22]. Agostino Brun Danelon de Poffabro em uma carta que envia da Dona Isabel em 3 de agosto de 1882 para dom Daniele De Zorzi, vigário de Poffabro (e naquele 25 de janeiro do mesmo ano em 10 de agosto de 1883) descreve minuciosamente condições geográficas e gêneros de vida na colônia; as relações com o resto dos conterrâneos (os Filippi e os Culau de Frisanco, os Danelon e os Tramontina Florian de Poffabro), que se distribuía entre linhagens Jansen e linhagens Algemira, se de um lado recriam além do oceano a comunidade originária, do outro mantém (quase) intactos os modos de vida das tradições [23]. A conservação da (própria) identidade agrícola não exclui porém as escolhas dos mais audazes: é de fato o poffabrino Ernesto Tramontina o criador da famosa fábrica brasileira de facas que tem o nome da família do fundador.

O distrito de Gemona e no específico a cidade principal não são estranhas às partidas em direção ao Brasil. Em 1878 o deputado provincial e secretário do “Comitê da Associação Agrária Friulana para o suporte aos agricultores friulanos emigrados na América Meridional” Pietro Biasutti descreve as partidas do distrito de Gemona para

o “Novo Mundo a procura de terras mais vastas e amigas”[24]. Escreve o Biasutti: “Partiram todos com a intenção de não voltar, e se a maior parte se dirigiu à Argentina nas adjacências de Rosário de Santa Fé; sete, entre os quais uma família de 5 indivíduos ficaram no Brasil em Santa Maria de Boca do Monte”. Nesta última localidade, permaneceu também Pietro Londero de Gemona. “Contrariamente ao conceito geral, e ao dos próprios emigrados se referiu sobre o Brasil, [o Londero] depois de ter percorrido a Argentina sem vantagens, gostaria de ter encontrado a sua sorte em S. Maria de Boca do Monte” observa o Biasutti que faz referência quando escreve o Londero: “Não vão à república da Argentina, porque não são negócios para nós, porque existem tantos daqueles gafanhotos que comem toda a nossa colheita”. Na zona de Santa Maria, conhecida também como quarta Colônia da Imigração Italiana, se estabeleceu também um grupo de friulanos provenientes da Buia: se trata principalmente das famílias Aita, Nicoloso, Guerra, Comaretto e Felice. Vincenzo Guerra havia nascido em Buia em 19 de julho 1858 e tinha chegado ao Brasil em 1878. Depois de ter trabalhado em uma fornalha rudimentar no “barracão” onde o contingente de friulanos havia sido destinado após a chegada na 4a. Colônia, se empregou juntamente com um grupo de alemães de Volga na construção da primeira estrada de ligação entre Silveira Martins (sede colonial) e Santa Maria. Sempre junto aos russos-alemães, Vincenzo trabalhou na fabricação de telhas e tijolos na localidade Estação Pinhal, conseguindo economizar uma soma de dinheiro que o permitiu de implantar uma sua própria fornalha. Em 1883, de fato, adquiriu o terreno número 134 na Linha 4 Sul (Pompéia) na zona de Silveira Martins, onde construiu uma olaria para a realização de telhas e tijolos. Em 1899 Vincenzo foi alvo de uma grave doença, conseguiu se curar: como sinal de devoção, fez construir em 1900 uma capela e sucessivamente entre 1908 e 1909 uma igreja dedicada à Madonna de Pompéia. A igreja, de forma octogonal e de treze metros de diâmetro, está ainda em pé e todos os anos acolhe uma grande procissão dos descendentes da família Guerra e das famílias friulanas e italianas estabelecidas na região [25].

Segundo Pietro Biasutti “a causa desta emigração não é ainda a necessidade [...] mas

sim a expressão de um cálculo feito, o efeito de um raciocínio, aquele de vender aqui no momento certo os próprios terrenos à alto custo, para adquirir a preços muito baixos terrenos na Argentina”. Na base da decisão dos habitantes do distrito de Genoma, Biasutti reforçou o fim dos ganhos da emigração temporária, as crescentes necessidades e o aumento da população, mas atribui as partidas “sobretudo e marcadamente a um tipo de alucinação mental, a um espírito de aventura, ao desejo febril de tornar-se de repente proprietário de terras”. Pietro Biasutti não esconde o seu ponto de vista: a decisão dos conterrâneos foi tomada “sob a ação do exaltamento e da paixão”[26]. Além das conclusões invocadas por ele, as observações de Biasutti são importantes porque, ainda se referem-se ao distrito de Gemona, admitem uma concreta valoração da parte dos emigrantes, um cálculo entre vantagens e desvantagens que estão sujeitas à decisão de partir.

As partidas para a 4a. Colônia de Imigração Italiana se prolongaram até o início da década de 80 do século XIX. Em 10 de maio de 1883, a comissão responsável por medir os lotes que seriam confiados aos colonos do Dr. Siqueira Couto, inicia a demarcação dos terrenos onde seriam colocados os friulanos chegados em 10 de fevereiro precedente. No início a nova colônia recebeu o nome de Núcleo Norte, porque se localizava ao Norte de Silveira Martins, mas mais tarde foi denominada Nova Udine em homenagem aos colonizadores italianos originários da província de Udine [27]. Se tratavam sobretudo de agricultores provenientes do distrito de Gemona e sobretudo da cidade principal entre os quais as famílias Cargnelutti, Londero, Venturini, Moro, Forgiarini, Copetti, Boezio, Brondani, Goi, Pascottini, Simonetti, Stroilli [28].

Segundo o “Boletim da Associação Agrária Friulana” no triênio 1877 – 1879 partiram para a América meridional (sobretudo Argentina e Brasil) 3.817 friulanos “italianos” respectivamente 571 em 1877, 1.544 em 1878 e 1.702 em 1879. No mesmo período a emigração temporária (européia) apresenta valores muito mais altos, respectivamente 16.699 em 1877, 26.353 em 1878 e 15.286 em 1879 [29]. Nem todos os observadores

contemporâneos ao fenômeno migratório estão de acordo com as cifras apresentadas pelo “Boletim” [30]. Interessa reforçar que, toda via, o notável aumento dos emigrantes “próprios” e temporários entre 1877 e 1878, e a diminuição, ao contrário, tanto significativa destes últimos entre 1878 e 1879.

### **Uma escolha migratória particular: de Caneva para o Espírito Santo**

Na virada dos anos setenta e oitenta de 1800, no distrito de Sacile, aos elevados contingentes de emigrações temporárias se juntam progressivamente grupos sempre mais numerosos de agricultores em direção ao Brasil. O distrito apresenta duas realidades bem diferenciadas: de uma parte mais baixa, uma planície, da outra parte, mais alta, alpina, representada pelos municípios de Polcenigo, Budoia e Caneva. A coexistência de duas regiões geográficas diferentes determina dois tipos de vida diversos: “A agricultura, e esta e os rebanhos nos municípios mais próximos aos montes de Polcenigo, Caneva e Budoia, são as ocupações exclusivas de grande parte dos habitantes do distrito; a população civil se ocupa das artes e profissões comuns a todas as cidadezinhas, não existindo estabelecimentos manufatureiros que possam interessar sob um ponto de vista salutar”[31]. Caneva é o município que no Distrito de Sacile contribuiu com o maior número de emigrantes para o Brasil. Entre 1871 e 1881, o andamento da população no município é praticamente análogo àquele do distrito inteiro: enquanto neste o incremento é de 280 unidades, Caneva vê um aumento os seus habitantes de 92 pessoas. É necessário precisar porém que no território municipal (e distrital) a parte mais alta sofre, na década, consistentes perdas registradas: enquanto a Sarone a população diminui de 80 unidades, Budoia e Polcenigo perdem respectivamente 169 e 477 habitantes. A queda demográfica não deveria porém ser somente atribuída ao contingente cada vez maior de temporários que da região montanhosa se transferem ao exterior: Polcenigo e Budoia juntamente com Caneva foram de fato os três municípios do Distrito onde os expatrios para a América meridional e o Brasil em específico alcançaram as cifras mais altas.



O estupor e a descrença não silenciados com a qual os proprietários de terra friulanos acolheram as primeiras partidas numerosas para a Argentina e o Brasil em 1877 induziram os agrários a criar, no ano seguinte, uma comissão para o propósito. As magras colheitas agrícolas do ano haviam provocado um notável agravamento da situação (já em si precária) dos trabalhadores agrícolas: “Poucas são as cidades no nosso Friuli, pouca as famílias que podem contar de ter em seu possesso nos celeiros abarrotados de milho na boa estação até setembro, até quando se fará de novo a colheita”. O Della Saiva, que escreve o seu relatório em 31 de dezembro, adiciona: “Ao mesmo tempo as estatísticas do estado civil no balanço do ano mostram uma notável predominância dos nascimentos sobre as mortes: as populações então aumentam progressivamente, e não seria imprevidente a corrente de emigrações que segue em frente, especialmente no alto Friuli. Esta não é individual e temporária como sucedia nos anos anteriores, que se limitava a passar a estação de trabalho na vizinha Áustria e na Alemanha, para voltar no inverno com maior ou menor lucro ao lar paterno. Agora é a América, é o Brasil é a república Argentina que chamam as nossas populações agrícolas a colonizar as imensas extensões dos seus territórios”[32]. Na realidade o aumento demográfico e a contração da produção agrícola eram só algumas das causas do grave mal-estar agrícola. O passado dos efeitos das criptógamas, a crise dos casulos, a notável diminuição das atividades artesanais integrativas, a elevada carga tributária que pesava sobre a terra, a taxa sobre o moído, sobre o sal e aquela sobre os suínos haviam determinado, ainda antes da explosão da crise agrária nos anos oitenta um agravamento das condições de vida dos agricultores [33]. Além disso, a crescente oferta de mão-de-obra viu o declínio da capacidade de absorção dos trabalhadores dos países da bacia danubiana, que entre 1874 e 1876 foram afetados pela crise. Como escreve Emilio Morpurgo, chamado para redigir a parte da Investigação Agrária referente ao Vêneto, “não existe, nem se encontra modo de obter aquele equilíbrio, que é tão necessário, entre o número de trabalhadores e a economia da produção, entre o limite desta e os ganhos necessários para quem trabalha. Onde a terra é infértil, os braços e as bocas excedem

enormemente as necessidades da agricultura e são em grande desproporção com as suas produções. Onde esta é fértil, o poderia ser, a fadiga não é suficientemente remunerada, ao contrário, não há maneira de tornar-la viva de novo” [34]. O mal-estar econômico afeta duramente todos: dos trabalhadores fixos (braçais) aos temporários, dos meeiros ao pequenos proprietário, e como, então – se questiona sempre o Morpurgo - “podemos seriamente condenar *hinc et nunc* (aqui e agora) os proprietários, se encontram-se proprietários entre muitos dos quais que sofrem ou se, como acontece em boa parte do Friuli, trabalhadores e proprietários foram igualmente afetados” [35]. Em um primeiro momento, porém, nem todos podem recorrer à emigração como modo para enfrentar a crise. Somente os agricultores pequenos proprietários eram capazes de juntar o dinheiro necessário para a partida [36]. “Passando pelas redondezas da província de Udine, existem [proporções de proprietários sobre a população] quatro quintos a Tolmezzo e mais ainda em toda a Cárnia; igualmente nos municípios de Budoia, Polcenigo e Caneva do distrito de Sacile” [37]. Eram estes de fato os municípios de todo o Distrito onde estavam a maioria dos interessados na emigração além do oceano. Na parte mais baixa, em Sacile, “onde é em vigor o contrato de parceria”, e onde “as condições econômicas muito ruins prejudicam a moral” desvincular-se da terra era muito mais difícil [38]. As fracas atividades manufatureiras presentes no Distrito, uma fábrica de papel e duas olarias no velho sistema em Sacile, a fabricação reduzida de cânhamo em Brugnera, eram claramente capazes de ocupar somente um número limitado de mão-de-obra. A sericultura, principal indústria do Distrito, para a qual com a introdução do vapor eram previstos “rápidos progressos”, não havia ainda alcançado a notável produtividade dos últimos anos de 1800 [39].

O “Comitê da Associação Agrária Friulana para o suporte dos Agricultores friulanos emigrantes na América meridional” funciona em uma estreita ligação com a “Sociedade para o suporte aos emigrantes italianos” de Roma, fundado em 1875 pelo senador Luigi Torelli, já administrador de Veneza [40]. A Associação Agrária, que ajuda o proprietário de terra friulano, observa atentamente consistência e

características dos fluxos em direção além do oceano. Primeiro Valussi, depois Pecile, Biasutti, de Girolami e Morgante depois mantém (com nuances) um comportamento substancialmente liberal. Conseqüentemente sob o perfil ideológico era então a posição valussiana, segundo a qual limitar os fluxos migratórios utilizando a polícia teria induzido uma redução artificial do mais ativo elemento de transformação da sociedade. As resistências contra a emigração transoceânica que deixam vaziar as cartas dos emigrantes (supostamente) delusos, publicadas com efeitos dissuasivos nas páginas do “Boletim”, não deveriam induzir a equívocos sobre a posição ideológica (também dita) que move a Agrária [41]. O Comitê, do qual o objetivo não é “aquele de promover ou caso contrário de contrariar a emigração, e sim de adquirir para a nossa agricultura ameaçada um meio oportuno e legítimo de defesa, combatendo a ignorância e a fraude”, se propõem de “recolher e divulgar as informação mais precisas, de estudar e propor os meios mais convenientes para tutelar a emigração dos nossos agricultores visando não menos que o interesse geral dos nossos proprietários de terra”[42]. Com esse propósito em 18 de julho de 1878 decidiu-se de consultar os prefeitos das províncias para “recolher os nomes e as outras notícias a respeito das pessoas que naquela época tinham já se dirigido para lá [América meridional]”, para “distinguir a emigração boa da má”, ou seja, aquela “que libera o país de ociosos e delinqüentes, que diminui a população nos lugares onde é excessiva, que funciona com probabilidade de bom êxito”, daquela que ao invés, “arrasta para a aventurar-se em países distantes famílias trabalhadoras, que gozam de uma relativa facilidade, que deixam desprovidos os braços da agricultura da cidade, ou que acontece sem nenhuma garantia no destino que aspira o emigrante”[43]. Na segunda metade de 1878 o “Boletim da Associação Agrária Friulana”, órgão principal do Comitê, informa o vencimento mensal e os resumos das respostas dos municípios na circular de 18 de julho. A exposição detalhada da situação migratória em cada distrito friulano é seguida pelo recolhimento de cartas, estudos e artigos jornalísticos provenientes daqui e do outro lado do oceano. Em 3 de agosto o Comitê havia já recebido as respostas dos 76 municípios: “Da diligente resposta do município de Caneva, e de uma carta enviada a nós pelo excelente sócio parceiro Pera”, afirma Gabriele L.

Pecile, “se constata que do distrito de Sacile a emigração se dirige, em vez da Argentina, para o Brasil, e encontra-se também essa em em condições deploráveis”[44]. Poucos meses depois o Pecile reitera a natureza “desastrosa” da emigração no Brasil “que se verificou antes daquela para a Argentina, mas cessou por êxito muito infeliz” [45]. Sobre a base do relatório que o prefeito de Caneva assinou em 24 de julho, Lanfranco Morgante informa sobre o estado do fenômeno migratório no Distrito de Sacile “do qual partiram em complexo para a América 187 indivíduos, divididos em 34 famílias”[46]. A prefeitura de Caneva registrou 16 famílias (87 emigrantes): dos quais 12 pertenciam à classe agrícola, enquanto o resto dos pais de família eram dois carvoeiros, e um carpinteiro e um pedreiro. O “Registro do cartório da População da fração de Vallegher” registrava ordenadamente número (cívico, progressivo), sobrenome do chefe da família e das outras pessoas que fazia parte dela, nome de cada indivíduo, nome dos seus pais, apelidos se haviam, condições, época do nascimento (dia, mês e ano), se casado a época do matrimônio; para os nascidos em outros municípios (lugar de nascimento, lugar de proveniência, época da chegada no município), data da morte, lugar de morte, observações [47]. No Registro as famílias que partiam para a América eram marcadas vistosamente na borda esquerda de cada folha com lápis azul ou vermelho; a ocorrida emigração podia ser marcada também nas observações. O confronto com as notícias fornecidas pelo “Boletim” é obrigatória: no Registro eram somente três famílias marcadas como emigradas no Brasil na primeira metade de 1878, ou seja, aquelas de Giobatta Carlot (Carlottin), Domenico Chiaradia (Castellan) e Giuseppe Forest, todos originários de Vallegher. Giobatta Carlot (camponês) e a sua mulher Antonia Florian (camponesa) acompanhados por Adriana Feltrin (mãe de Giobatta) e por seus cinco filhos, partiram em janeiro de 1878 zarpando do porto de Gênova no mês de março sucessivo. No mesmo mês partiram do porto liguriano Domenico Chiaradia (camponês), a mulher Maria Teresa Tonial e a filha. O Registro não marca a data de partida para o Brasil de Giuseppe Forest (pedreiro de profissão), de sua mulher Lucia Camilotti e dos seus quatro filhos; provavelmente os Forest deveriam ter partido juntamente com as outras duas famílias, mas o prematuro desaparecimento dos dois pequenos filhos Luigi e

Pietro em Gênova em 1 e 21 de abril parece ter retido eles em pátria por um tempo. Segundo o Registro, somente uma família aparece nos arquivos como sendo emigrada para o Brasil antes de 1878: é aquela do camponês Raimondo Poletto, de sua mulher Giacoma Chiaradia e dos seus três filhos, partidos de Gênova em 7 de julho de 1877. Os Poletto, e outras 55 famílias, chegaram em Vitória com o navio Columbia em 15 de agosto de 1877: “Depois de um breve descanso na pousada de Pedra d'Água, que chamavam de quarentena e que durava às vezes uma semana ou alguns dias, os colonos prosseguiram para Santa Cruz, onde chegaram no dia 21 às 4 horas da tarde, encontrando alojamento em casas destinadas a este fim. No dia 24, um primeiro grupo de 126 pessoas foi transportado em canoa à um posto chamado Morro das Palmas; no dia 26 seguiram os restantes”[48]. Os registros em cartório confirmam as notícias fornecidas pelo “Boletim” com respeito às datas das partidas: esse de fato refere-se que “os primeiros casos de emigração começaram já em junho de 1877 da cidade principal; e em seguida de Cavena em julho e de Brugnera em novembro do mesmo ano; se repetiram depois deste ano, em janeiro da mesma Cavena”[49]. O Registro em cartório e o “Boletim” não coincidem com respeito ao número de emigrantes. Com os cinco membros da família Ros que, segundo o Índice das Famílias da Paróquia de San Tomaso Apostolo de Caneva, eram registrados como “na América desde 1878” o número certo dos emigrantes entre 1877 e 1878 (25 pessoas – 5 famílias) é muito inferiores à cifra informada pelo “Boletim” (87 pessoas – 16 famílias). A discordância porém, mais que à infidelidade do “Boletim” deveria ser atribuída à falta de outros registros em cartórios. Extremamente interessante é o resultado do longo relatório transmitido ao Comitê pelo prefeito de Caneva; esta é descrita com abundância de particulares a situação dos primeiros emigrados no Brasil, situação dita “ruim, ou seja, pernicioso ao município ... porque privou a cidade de pessoas trabalhadoras, feitas raras exceções, arrastando os atraídos a uma sorte infeliz”. O prefeito de Caneva assim prossegue: “A primeira emigração teve o embarque em Gênova no dia 10 de julho de 1877, o desembarque em Vitória, província do Espírito Santo, depois de 36 dias no mar. Nos primeiros 30 dias os emigrantes se ocuparam de trabalhos estradais, com o pagamento diário de 4 libras em

Santa Cruz, lugar onde haviam sido conduzidos após a chegada em Vitória. Então foram mandados nos bosques, a distância de aproximadamente 15 milhas de Santa Cruz, com o objetivo de transformar os bosques em terreno cultivável. Lá, parte deles começaram a trabalhar para o governo brasileiro, como diaristas, recebendo pagamento de 4 libras por dia, e alguns trabalhavam por conta própria, isto é, com a atribuição de um pedaço de terra para desflorestar com o pacto de trabalhar quinze dias para o governo e quinze dias por conta própria. Nos primeiros meses trabalhavam com assiduidade e com um bom lucro; mas vítimas das febres e doenças subcutâneas causadas por pequenos insetos que em seguida produziam lesões gangrenosas, a saúde deles se reduziu, se enfraqueceu, começaram a ter falta de apetite, se desencorajaram, muitos pereceram: em meio à depressão e à miséria. Pediram para ser transferidos em situações menos funestas; mas o pedido foi negado. Cresceu então o desencorajamento, e o desespero. Morreram a maior parte das mulheres e das crianças; e se calcula até agora que os emigrantes doentes, e condenados a morrer, não sejam nem ao menos a metade. A alimentação deles é constituída de pão, arroz e carne seca, com o preço de 2 ou 3 libras por pessoa. O vinho é muito pouco e de má qualidade, custando cerca 2 libras por garrafa, de meio litro; a farinha de milho custa 1.50 libras por quilograma; o mesmo para o feijão; a água não é tanto potável, a ária pesante. Com os preços citados acima, aqueles que possuíam uma prole não obtinham o suficiente para comer. As mulheres são sortudas se encontram uma ocupação de serva em qualquer casa, as outras são obrigadas a ajudar os próprios maridos, ou a ocupar-se dos trabalhos estradais”. Estas notícias excepcionais o prefeito de Caneva havia obtido de Antonio Garbellot que “depois de tantas dificuldades sofridas, raivoso por causa da morte do próprio filho, e cansado daquele lugar ... retornou à pátria no dia 24 de julho [1878] corrente, deixando os companheiros de emigração na máxima miséria”[50]. A localidade de Santa Cruz corresponde claramente ao Núcleo de Santa Cruz (Ibiracu), mais tarde rebatizado como Nucleo conde d'Eu. Depois da ocupação de todo o território da Colônia Santa Leopoldina por parte dos emigrantes alemães e suíços, decidiu-se fundar o novo Núcleo Timbuí. A colonização das novas terras foi assim impulsionada para o norte,

ao longo do rio S. Maria do Rio Doce. Em 1877, dois anos depois da criação do Núcleo Timbuí, as chegadas sucessivas de colonos italianos (na maior parte trentinos) haviam saturado os terrenos a disposição. Foi este um dos motivos pelos quais, um pouco mais ao norte, no Município de Santa Cruz, onde a ritmo acelerado estavam fazendo as medidas e dividindo os lotes, foi fundado o Nucleo homônimo. Luiz Busatto ilustra a situação dos colonos nos primeiros meses: “A estrada que começaram a construir é aquela que leva desta fazenda [Morro das Palmas] até um ponto intermediário chamado Cachoeiro do Barro. Os fundadores de Ibiracu [Santa Cruz] receberam, além o milho, 108 machados, 109 foices, 106 facões e uma pequena ajuda em dinheiro. Para eles foi anulada a prática seguida para o núcleo de Santa Teresa, ou seja, aquela de dar aos colonos, por conta do governo e durante os primeiros 6 meses das suas permanências a alimentação necessária para os seus sustentamentos, além do salário recebido pelos trabalhos estradais”[51]. Na colônia Santa Leopoldina (da qual o Núcleo de Santa Cruz era na realidade uma emanção) vigorava o sistema de concessão própria, ou seja, com pagamentos à prestação dos terrenos concedidos; estes de fato eram denominados “prazos” que deveriam ser resgatados em dois anos [52]. Nesta colônia os terrenos foram distribuídos ao longo da margem direita ou esquerda dos cursos d’água de maneira que todos pudessem usufruir das águas fluviais. A fazenda Morro das Palmas se encontrava na margem do rio Piraqueçu, na confluência com o rio Taquaruçu, e onde o primeiro era navegável, facilitando então o acesso por via fluvial: deste ponto os colonos procediam em direção das florestas virgens. Para a atribuição dos terrenos “... vinha efetuada uma exploração na floresta, chegava em seguida a comissão dos engenheiros e dos topógrafos que procediam com as medidas dos “prazos”. Executado o desflorestamento, o colono tinha a disposição 6 meses para construir a sua casa e proceder com as primeiras culturas”[53]. Para a quitação do pagamento dos terrenos, e para prover à eles o sustento, os colonos podiam contar apenas no ganho vindo das cultivações pois a atividade comercial era proibida para eles.

Não é possível precisar a quantidade de canavese, e em geral de friulanos, entre o

contingente de italianos que chegaram primeiro em Santa Cruz. Sustenta Luiz Busatto que “dos 275 fundadores do núcleo Santa Cruz (Ibiracu), 101 eram de Codignano e os outros, dos arredores”; não é improvável então que entre aqueles dos arredores um bom número fosse proveniente de Caneva e dos outros vilarejos do Distrito [54]. Os 87 emigrantes, segundo o prefeito de Caneva foram ao Brasil se referiam na realidade, não somente àqueles que partiram no mês de julho de 1877, mas também àqueles do janeiro sucessivo. No decorrer de 1879 o “Boletim da Associação Agrária” registra as partidas acontecidas de Caneva nos meses de julho, agosto e novembro para a América Latina. No mês de julho emigraram “em direção ao Brasil, Lucchese Antonio de Caneva, de condição braçal, juntamente à mulher e à filha, e Lucchese Francesco, pedreiro”[55]. No sucessivo mês de agosto dois foram os passaportes expedidos no distrito (embora o “Boletim” não diz precisamente a destinação se supões que a meta seja o Brasil), “o primeiro para Lucchese Giuseppe, alfaiate, de Caneva, que partiu unido à mulher Favetto Bartolomea e ao filho; o segundo para G. B. Zat, pedreiro, também de Caneva que emigrou junto à mulher Lucchese Emilia”[56]. O “Boletim” enfim, não coleta os nomes dos 57 canaveses que partiram no mês de novembro [57]. Dentre estes deveria estar incluída a família Sandrin (dita Michellante) que no Índice das famílias da Paróquia de San Tomaso Apostolo aparece “partidos para o Brasil da América no dia 10 de outubro de 1879”. “Boletim”, Índice paroquial e Registro em cartório não coincidem sempre a respeito do mês da partida: enquanto em alguns casos a data de expatrio faz referência à partida do porto de Gênova, em outros essa é determinada pelo distanciamento de Caneva. O Registro em cartório confirma somente a emigração de Giuseppe Lucchese (dito Conte), de sua mulher Bartolomea, e dos filhos Antonio, Francesco e Giacomo; mas devemos precisar que Antonio, de profissão braçal, parte por sua vez, com a consorte e a pequena filha. O Registro mostra também o expatrio da família de Pietro Poletto (dito Gusella) “emigrada no Brasil no ano de 1879 em dezembro”. São de fato, Pietro, a sua mulher Domenica Santin e os seus quatro filhos as sete pessoas que o “Boletim” da Agrária registra como sendo partidos de Caneva no mês de janeiro de 1880 [58]. Juntamente aos Poletto vai ao Brasil a irmã de Domenica, Anna



Santin, seu marido, o saronês Pietro Masut (dito Role) e a pequena filha Rosa “partiram em 20 de janeiro sobre um vapor América com embarque a Gênova”. Os dados a disposição não consentem a inclusão destes núcleos familiares entre aqueles que “nos dias 18 e 20 de fevereiro de 1880 chegaram [no recém-constituído Núcleo Colonial Castello] os primeiros colonos que eram da província de Udine, Belluno e Treviso”[59]. O “Boletim” recolhe no mês de maio de 1880 as partidas de “26 do município de Caneva, todos agricultores, menos um, carvoeiro de profissão, todos em direção ao Brasil”[60]. No mês de julho sucessivo são 9 os emigrados para a América meridional [61]. No decorrer de 1881 segundo o “Boletim” são somente quatro os canaveses que partiram para a América (no mês de janeiro), enquanto nenhum conterrâneo parece ter sido expatriado em 1882 [62]. O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul no Brasil registra ao contrário, a chegada da família Zatti, vinda em 1881: Catarina Zatti e os filhos Antonio, Angela, Giacomo e Madalena chegam na colônia de Caxias em 11 de abril [63]. A interrupção dos fluxos além do oceano coincidiu com o agravamento da situação nas colônias: como diz Grosselli “no Espírito Santo o fluxo de imigração era baixíssimo. Em todo o ano de 1881 chegaram ao porto de Vitória somente 143 estrangeiros (42 italianos) e partiram 45 (35 italianos) [64]. A drástica redução dos financiamentos nos diversos núcleos da parte do governo e a conseqüente demora no pagamento dos salários dos colonos, criaram um clima de grande descontentamento. Como diz Renzo Grosselli “as colônias continuavam em meio a mesma desorganização de sempre, agora com cada vez menos fundos a disposição. O Núcleo Conde d'Eu, considerado núcleo modelo, fazia os seus hóspedes degradarem nos barracões” [65]. Uma séria de protestos havia já acontecido nos meses de outubro e dezembro de 1877, até que em agosto de 1878 mais de 300 colonos dos núcleos Timbuì e Santa Cruz se dirigiram à capital para manifestar a sua reprovação pela diminuição dos financiamentos. “Que o governo queria terminar com as colônias foi demonstrado mais uma no início de 1879” quando, com a suspensão da lei 3784 de 19 de janeiro de 1867, “quem se transferisse para colônias brasileiras não poderiam pedir o crédito de ajuda de custo. As medidas que diziam respeito à economia de recursos se sucederam a jato contínuo”[66]. Os

colonos também eram sempre atingidos por doenças: como fazia referência o prefeito de Caneva, entre 1877 e 1878 uma epidemia de febre amarela devastou o núcleo de Santa Cruz. “O surgimento da doença coincide com o desflorestamento da região, quando os insetos desceram das copas das árvores para o chão. Em março de 1878 foi o ponto culminante ..... tanto que no final de 1878 eram mais de 200 os mortos. .... Nenhuma família foi poupada e todos daquela colônia pegaram a febre amarela” [67]. É provável que entre as vítimas da epidemia estivesse também Antonia Negrata, nascida em Borgoricco em 1854 e que segundo o Registro em cartório aparece como sendo morta no Brasil em 1878: um ano depois o marido Angelo Pisani se casará “na cidade brasileira de Vitória” Catterina Zandonà originária de Stevenà. Os sentimentos de insatisfação dos conterrâneos na América chegaram a Caneva e provavelmente no resto dos vilarejos friulanos.

### **A diversificação das escolhas migratórias: friulanos “italianos”, friulanos “austríacos” e habitantes do Litoral italiano nos estados de São Paulo e Minas Gerais**

O aumento notável da emigração no interior de Friuli e do Veneto na segunda metade dos anos oitenta de 1800 deriva do agravamento da crise agrária, quando as entradas de produtos agrícolas do exterior determinou a queda dos preços dos cereais. A piora nas condições de vida dos agricultores foi geral. No caso de Caneva, por exemplo, as partidas para o Brasil registram um notável crescimento no decorrer de 1887. O Registro do cartório marca o expatrio de doze núcleos (58 pessoas); além das quais, o Índice paroquial recolhe outras quatro. No mês de janeiro parte Gregorio Lucchese (Conte); em 15 de março no vapor Bourgogne viajam para além do oceano o camponês Giovanni Lessi, a mulher Maria Polese e os filhos Maria Santa e Giovanni. Quinze dias depois, em 31 de março, parte a família do saronês Tommaso Perin (Lorenzon), a consorte Angela Fedrigo e os nove filhos; Antonio, o primogênito, é casado e tem dois filhos. Em 31 de maio emigram para o Brasil (São Paulo) as famílias dos irmãos Andrea e Matteo De Marco (Pagot) com a mãe Catterina Veldevit

e outros dois filhos (9 pessoas). O Registro não marca a data de partida para as famílias de Osvaldo Franco (Caldo Bin) e de Marial Santin; de Domenico Manfè (Marcello), da esposa Luigia Piovesana e dos cinco filhos; de Sebastiano Poletto (Schiop), da sua mulher Anna Bit, dos seus seis filhos e das famílias de três destes (Antonio, Bartolomeo e Giobatta); também de Pietro Poletto (Schiop), da consorte Anna Maria Ros e dos quatro filhos. Não é datado o retorno da família do carvoeiro Matteo De Marco que segundo o Registro “depois de voltar da América Latina passou a morar no município de Alfonsine (Ferrara)”. Enquanto é clara a destinação da família Lessi, nos outros casos é incerta. Maria Polese Lessi dá luz a um menino e uma menina em terra americana: Matteo nasce em 6 de março de 1889 em Casa Branca, Angelina em 7 de fevereiro de 1890 a Sertãozinho, na zona denominada Mogiana no estado de São Paulo. A meta migratória não é casual: já nos primeiros anos oitenta de 1800 os latifundiários do Oeste Paulista, nas mãos dos quais foi passado o poder político, se preparavam para a eventual escassez de mão-de-obra que o previsível advento da liberação dos escravos provocaria. Em 1886 surgia, por iniciativa dos capitalistas do café do oeste, a Sociedade Promotora da Imigração, a qual tinha como intuito recrutar e transportar os emigrantes europeus, assegurando um fluxo ininterrupto e consistente de braços para as fazendas. Como registrou Renzo M. Grosselli “ a abolição, em 1888, não encontrou então as plantações sem trabalhadores (e este foi um dos propósitos que levaram os sócios a fundar a sociedade)” [68]. Em 1886 o governo paulista subscreveu um contrato com a Sociedade para o transporte de 6.000 colonos europeus nas fazendas; um sucessivo acordo foi fechado em 22 de julho de 1887, e empenhava a Sociedade a enviar 30.000 emigrantes; para um terceiro contrato assinado em fevereiro de 1888 a Sociedade assumia o dever de transportar 60.000 trabalhadores europeus. Se deve precisar que “um instrumento essencial da política de atração da mão-de-obra foi o financiamento da viagem pelo governo brasileiro [69]”. A crise agrícola afeta também o Friuli “austríaco” e numerosas são as famílias originárias sobretudo das zonas próximas a fronteira que partem para o Brasil. Em 1888, um grupo de empresários triestinos organiza o transporte de imigrantes do porto giuliano. “A partida de emigrantes do

porto de Trieste constituía uma novidade e uma ocasião que foi acolhida imediatamente pelos habitantes do Litoral e também por muitíssimos vênets. [...] A organização das viagens foi assumida por dois banqueiros triestinos, os irmãos Isacco e Giuseppe Morpurgo, que alugaram três navios do Lloyd austríaco: os piróscafos <<Helios>>, <<Orion>>, <<Medusa>> observa Franco Cecotti. O piróscifo <<Helios>> partiu em direção ao Rio de Janeiro em 25 de outubro de 1888 com 52 famílias para uma total de 379 pessoas quase todas originárias do território isontino. A motonave <<Orion>> deixou o porto de Trieste para o Rio de Janeiro em 25 de novembro de 1888 com 95 famílias, para um total de 759 emigrantes, entre os quais 250 declarados italianos transportados propositalmente de Veneza. O último piróscifo, o <<Medusa>>, zarpu para o porto de Santos, no estado de São Paulo, em 27 de dezembro de 1888: 406 dos 736 imigrantes a bordo eram vênets e 330 eram “austríacos” do Litoral. Segundo os organizadores os emigrantes deveriam alcançar o estado de Minas Gerais (que naqueles anos deu início a uma política de povoamento e da criação de colônias agrícolas mediante o recurso da viagem gratuita oferecida aos emigrantes), mas depois de ter alcançado o porto do Rio de Janeiro alguns triestinos embarcaram na motonave <<Helios>> foram ao invés conduzidos na cidade de Macaé no estado carioca: “as variações nas destinações e as ofertas consideradas inadequadas, determinaram uma forte contestação, tanto que uma parte do grupo, contatando o cônsul austríaco na capital fluminense, conseguiu obter o repatrio [...] Antes ainda do retorno deles uma autoridade local já havia providenciado a difusão de um manifesto com a notícia do pedido de repatrio de 300 emigrantes do Brasil. Era um modo explícito de tentar distanciar a iniciativa dos Morpurgo, que até então o governo do Litoral havia tolerado”[70]. Os navios dos irmãos Morpurgo partiram de Trieste entre outubro e dezembro de 1888, toda via, levaram além do oceano cerca 2.000 emigrantes.

Entre 1889 e 1894 os fluxos além do oceano em direção ao Brasil sofreram uma notável diminuição, enquanto nem tão poucos imigrantes retornaram para a pátria. Depois de 1894 alguns alcançaram o estado de São Paulo, porque a partir daquele ano

“com o transferimento dos serviços de imigração do governo federal a cada estado individualmente, cessará definitivamente a colonização agrícola no sul do Brasil, do momento que só as regiões mais ricas – e então, substancialmente, São Paulo – possuíam meios suficientes para introduzir trabalhadores do exterior” [71]. Frequentes são os retornos entre os friulanos que se estabeleceram no estado de São Paulo, na área onde os imigrantes italianos são ocupados nas fazendas produtoras de café. A crise da superprodução do café nos últimos anos de 1800 e a conseqüente queda do preço do produto no mercado internacional determinaram uma notável flexão na demanda de mão-de-obra. Os agricultores friulanos e vênetsos em pátria não estavam certamente no escuro, mérito também do “fluxo de informações negativas a respeito da realidade brasileira que os trabalhadores estabelecidos há um tempo maior no estado de São Paulo mandavam aos seus parentes e amigos na Itália naquela que se poderia definir uma rede migratória ao inversa” [72].

## **Conclusões**

Na história dos fluxos migratórios regionais no Brasil, não seria difícil identificar três experiências diferentes que coincidem com outros tantos diversos graus de integração em terra americana. A experiência no Rio Grande do Sul parece representar o evento migratório com maior sucesso; poucas, quase nulas, são as notícias dos retornos do estado gaúcho. No estado de Minas Gerais e nas colônias do Espírito Santo, anteriormente meta migratória dos agricultores do Distrito de Sacile, o episódio de Santa Cruz e os numerosos problemas organizativos ao interno dos Núcleos, diminuíram ainda mais um fluxo de características instáveis. A situação dos agricultores nas plantações de cana-de-açúcar paulistas ilustram ao invés, o êxito, nem sempre positivo da emigração regional no estado de São Paulo.

As partidas em grupo e os sucessivos estabelecimentos de núcleos (relativamente) homogêneos em terra brasileira supõem a vontade de recriar além do oceano a comunidade originária, de querer manter o modo de vida das tradições. Em Cleulis,

em Frisanco ou em Poffabro, a escolha de uma emigração (tendencialmente) definitiva para o Brasil não se contrapõem àquela (pluri) temporária como mineiro na Bavária, na Pensilvânia (na Philadelphia e em Chestnut Hill em específico) ou no Colorado (a Silverton); a dupla escolha migratória representa ao invés dois projetos de vida diferentes; modos diversos de conceber o crescimento social [73]. A carência dos registros nos lugares de partida não consentem generalizações de um respiro mais amplo. O único modo para remediar a tal ausência é aquela de transferir a pesquisa os lugares de chegada, de utilizar os estudos feitos pelos filhos e netos dos pioneiros friulanos. Registros navais, livros das diversas Hospedarias dos Imigrantes, registros “matrículas de colonos”, livros dos “processos terras” e enfim passaportes, cartas e documentos familiares recolhidos aqui e além do oceano deveriam consentir um conhecimento menos superficial do fenômeno. Os ricos arquivos riograndenses, catarinenses, paulistanos ou capixabas, (vale como exemplo aquele de Padre Luiz Sponchiado em Nova Palma no Rio Grande do Sul) se tornaram preciosos do momento em qual permitem de reconstruir histórias migratórias completas, genealogias alargadas. Os numerosos pedidos de certificados de nascimento ou de matrimônio dos estados brasileiros que chegam mensalmente aos párocos da região representam uma ocasião irrepetível de confronto. Em enfeito, o intercambio de informações não só integra o trabalho de quem estuda o fluxo da pátria mãe, mas ajuda a recompor os percursos migratórios de quem ao invés opera autonomamente no interno dos diversos estados do grande país sul americano. A regulação dos fluxos (de saída e de reentrada) entre a região e o Brasil, o reconhecimento de outras cadeias migratórias (como em Casso e Frisanco, Cleulis e Buia) e a descoberta de outros núcleos friulanos em terras brasileira deveriam demonstrar a importância das comunidades pioneiras. As experiências migratórias aqui apresentadas são indício de um fluxo de dimensões consideráveis e contrastam as preferências sempre concedidas às metas *platensi* dos pesquisadores friulanos e giulianos.

Considerados em um todo, com a chegada de 1915 os fluxos migratórios italianos em direção ao Brasil quase completaram a sua evolução: mais de 4/5 (84%) dos

expatriados que se dirigiram ao Brasil em cem anos se estabilizaram. Em 1930 já haviam sido expatriados para o Brasil 90% de todos os italianos que chegaram ao país entre 1876 e 1976 [74]. Os percentuais não deviam ser diferentes com respeito ao Friuli e a Venezia Giulia. No primeiro pós-guerra, em fato, a Argentina acolhe o maior número de friulanos e giulianos emigrados além do oceano e são pouquíssimas as pessoas em direção ao Brasil. No segundo pós-guerra, os reduzidos fluxos dos friulanos que chegaram, não mais ao interior dos estados meridionais mas às grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, são acompanhados de um grupo talvez mais numeroso de exilados giulianos dalmatas. De ambos os grupos somente a memória dos percursos individuais de alguns deles permite de identificar as áreas de partida, espalhadas por todo o território friulano e giuliano. É o caso, por exemplo, de Luigi Papaiz, que desembarca no porto de Santos em 9 de maio de 1952. Papaiz nasceu em Sesto al Reghena em 1924, mas antes de aportar a São Paulo tinha trabalhado na indústria metalúrgica e havia lançado o primeiro ferro de passar a vapor na Itália. Graças a sua atividade industrial como fundador do colosso Papaiz Industria e Comércio Ltda. Contribuiu ao boom econômico e industrial do Brasil. Como Luigi Papaiz, muitos outros friulanos e giulianos emigrados nas décadas que seguiram o final do segundo conflito deram o próprio suporte cultural e material ao país que os acolheu com generosidade: recolher as suas histórias de vida é uma tarefa quase obrigatória.

[1] A cópia do contrato e a tradução em italiano se encontram no Arquivo do Estado de Trieste, Governo Marítimo, b. 875, fascículo 1.

[2] F. CECOTTI, *L'emigrazione dal Litorale austriaco verso Argentina e Brasile. 1878 – 1903*. em F. CECOTTI – D. MATTIUSI (editado por), *Un'altra terra, un'altra vita. L'emigrazione isontina em Sud America tra storia e memoria 1878 – 1970*, Gradisca d'Isonzo, Centro Isontino de Pesquisa e Documentação Histórica e Social “Leopoldo Gasparini”, 2003, p.17

[3] Gabriele L. Pecile, *L'emigrazione italiana al Brasile*, em “Boletim da Associação Agrária Friulana”, v. I (1878), p. 185.

[4] Gabriele Luigi Pecile, *Sulla emigrazione nell'America Meridionale. Dalla provincia di Udine – Dati statistici. Distretto di S. Daniele*, em “Boletim da Associação Agrária Friulana”, v. I (1878), p. 133.

[5] As notícias sobre a família de Federico Di Fant foram fornecidas por Paulo André Defante bisneto de Costantino Di Fant, filho de Federico e Felicita Toniutti, aos quais sou extremamente grato.

[6] Do testemunho de Antonio Mazzucco *Tonin*, recolhido por quem escreve a Rio Maior em 15 de agosto 2000. Nascido em 1911 em Rio Maior *Toni di Fora* (como era conhecida na cidade) gozava de muita estima e simpatia entre os descendentes dos cassanos de Rio Major. Antonio Mazzucco *Tonin* morreu em setembro de 2000. Uma série de interessantes entrevistas com os descendentes dos pioneiros beluneses e cassanos de Urussanga e de Rio Maior foi realizada por Marco Paolini e por Italo Filippin. O vídeo (com duração de 21'), com a direção de Mirco Melanco e Federico Massa, recolhe os testemunhos de Antonio Mazzucco (*Tonin*), Dante Marinengo, Maria Adelaide Frol Mazzucco, Elia De Lorenzi, Lisa Cancellier e Silvio De Lorenzi. M.MELANCO, *Le comunità friulane all'estero. Prospettive di collaborazione. O Caso de Urussanga (Brasile)*, em AA. VV., *La diaspora friulana. Materiali per una ricerca*, Sequals, Cooperativa S.T.A.F., 2001, p.37

[7] L. MORGANTE, *Sulla emigrazione nell'America Meridionale. Dalla provincia di Udine – Dati statistici. Distretto di Maniago*, no “Boletim da Associação Agrária Friulana”, 1878, s. III, v.I, p.202

[8] E. FRANZINA, *La storia altrove. Casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa*, Verona, Cierre Edizioni, 1998, p. 186.

[9] L. MARZANO, *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*, Firenze, Tipografia Barbera, 1904, p. 71.

[10] A. ESCARAVACO, *Urussanga. As imagens da História. Da colonização à última década do século XIX*, Criciúma, Gráfica e Editora Tabajara Ltda., 1984, pp. 12-13 e 16.

[11] O. DE LORENZI CANCELLIER – V. MAZURANA, *Rio Maior. Traços culturais e transformações de um grupo de imigrantes italianos do sul de Santa Catarina*. Orleans, ELO, 1989, p.15



[12] Para uma análise sobre as características e modalidades de emigração frisanchina e poffabrina no Brasil e a Monte Belo do Sul em específico consultar L. RAZADOR, *Povoadores e História de Monte Belo do Sul*, Porto Alegre, EST Edições, 2005; consultar também F. MICELLI, *Friulani in Rio Grande do Sul. Il caso degli emigrati di Frisanco (Friuli occidentale)*, em M. REGINATO (editado por), *Dal Piemonte allo Stato di Espirito Santo. Aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra Ottocento e Novecento*, Torino, Regione Piemonte – Fundação Giovanni Agnelli – Sides, 1996, pp. 316 – 340.

[13] L. RAZADOR, *Povoadores e a história de Monte Belo do Sul*, cit., pp. 38-40, 44, 89, 108; as informações sobre Domenico Lovisa são, ao invés, de Edylio Domingos Luvisa, Bento Gonçalves, Brasil.

[14] Sobre a experiência brasileira dos camponeses de Caneva e do distrito de Sacile em geral consultar J. GROSSUTTI, *Da Vallegher oltreoceano. Emigranti canevesi in Brasile fine Ottocento*, em G. GRI (editado por), *Caneva*, Udine, Sociedade Filológica Friulana, 1997, pp. 367-384.

[15] No período 1876-1886, os distritos do Friuli italiano que exprimem a mais alta percentual de expatrios (além do oceano) por mil habitantes são, juntamente Palmanova, aqueles de Maniago e Sacile. No distrito de Maniago, em fato, a percentual é de 53,96 por mil, naquele de Sacile de 58,37, enquanto a Palmanova alcança o 62,95. No mesmo período (1876-1886) a media anual dos expatrios por mil habitantes vede ainda o distrito de Palmanova (5,72), de Sacile (5,31) e de Maniago (4,91) alcança as cifras mais elevadas de todo o Friuli. A LAZZARINI, *Campagne venete ed emigrazione ...* cit. p. 337.

[16] G. L. PECILE, *Cronaca dell'emigrazione*, em “Boletim da Associação Agrária Friulana” 1878, s. III, v. I. p. 147.

[17] G. L. PECILE, *La emigrazione italiana al Brasile*, em “Boletim da Associação Agrária Friulana”, 1878, s.III, v. I, p. 184.

[18] Sobre a experiência migratória de Giordani de Urussanga ver STEFANO GIORDANI, *Vecchio emigrante in Brasile*, em “Boletim Paroquial di Claut”, Pasqua 1980.

[19] F. MODESTI, *Emigranti bellunesi dall'800 al Vajont. Sfruttamento, burocrazia, culture popolari*, Milano, Franco angeli, 1987, p. 126.

[20] L. MORGANTE, *Sulla emigrazione nell'America Meridionale...* cit., pp. 292-293.

[21] F. MICELLI, *Emigrazione friulana in Brasile: il caso di Frisanco nelle Prealpi Carniche*, Trieste, Università degli Studi di Trieste, 1994, pp. 4; ID., *Frisanco, Poffabro, Casasola: orizzonti migratori a confronto*, em N. CANTARUTTI (editado por), “*Commun di Frisanco*”. *Frisanco – Poffabro – Casasola*, Maniago, Prefeitura de Frisanco, 1995, pp. 247-271; J. GROSSUTTI, *La comunità di Frisanco all'estero, traccia per un'anagrafe*, em CANTARUTTI, op. Cit., pp. 277-294.

[22] A resposta do prefeito de Frisanco à circular ministerial de 21 de março de 1884 que interroga sobre “causas e personagens particulares da emigração propriamente dita” para o triênio 1882-84, conta 221 emigrantes próprios e 585 temporários. O prefeito, que não esconde a discreta posição dos conterrâneos no Brasil, remarca que as causas principais da emigração tenham sido “para muitos a miséria, para outros o desejo de uma sorte melhor e a insuficiência dos produtos agrícolas”. Na análoga circular ministerial quatro anos mais tarde (7 de agosto de 1888) as causas principais que – se presumem – determinaram a emigração do município se junta “a excitação dos agentes de emigração”. A maior parte dos 80 e 234 emigrantes (agricultores) respectivamente definitivos e temporários se dirigem (ainda) ao Brasil, BIANCA M. PAGANI, *L'emigrazione friulana dalla metà del secolo XIX al 1940*, Udine, Arti Grafiche Friulane, 1968, pp. 122-153. Sobre a emigração agrícola dos friulanos (e italianos) no Brasil, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, ver A. I. BAISTEL – R. COSTA, *Assim vivem os Italianos. Vida, história, cantos, comidas e estórias*, vol. I, Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes – Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1982, pp. 14-44; L. A DE BONI – R. COSTA, *Os italianos do Rio Grande do Sul*, Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia – Correio riograndense – Universidade de Caxias do Sul, 1984, pp. 62-109; L. A DE BONI, *Le colonie del Brasile meridionale nei documenti delle autorità italiane*, em R. COSTA – L. A DE BONI (editado por), *La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile*, Turim, Fundação Giovanni Agnelli, 1991, pp. 170-196; F. MICELLI, *La montagna friulana e l'emigrazione nelle Americhe: il caso di Cleulis*, em “In Alto”, CXII (1994), vol. LXXVI, pp. 75-85.

[23] Arquivo Paroquial de Frisanco, Carta do Império do Brasil, 25 de janeiro de 1882, 3 de agosto de 1882, 6 de agosto 1882 e 10 de agosto de 1883.

[24] Sobre a emigração no Brasil da zona de Gemona. M. ERMACORA, *Coloni e pioneri gemonsi nelle Americhe. Note sulle partenze nei primi anni della “grande emigrazione” (1877-1888)*, em E.COSTANTINI (editado por), *Glemone*, 78m. Congresso da Sociedade Filológica Friulana 23 de

setembro de 2001, Udine, Sociedade Filológica Friulana, 2001, pp. 191-206.

[25] O e R. DE LAGO, *A Pompeia de Vincenzo Guerra. “La casa di Buia del Friuli”*, Santa Maria-Rio Grande do Sul, Imprensa Universitária, 1993.

[26] P. BIASUTTI, *Sulla emigrazione nell'America Meridionale. Dalla provincia di Udine – Dati statistici. Distretto di Gemona*, no “Boletim da Associação Agrária Friulana” v. I (1878), pp. 240-241.

[27] Em 1939 este nome foi trocado para aquele de Ivorá (como é atualmente conhecida a localidade) que significa “rio da praia formosa”. A mudança foi sugerida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Brasil, por causa das perseguições que sofreram os estrangeiros (os italianos, mas sobretudo os alemães) durante a segunda guerra mundial, na colônia de Nova Udine. Ver S. T. BELLINASSO, *Ivorá. Cem anos de história 1883-1993*, Santa Maria, Pallotti, 1991.

[28] B. A SPONCHIADO, *Imigração & 4a. Colônia. Nova Palma & Pe. Luizinho*, Nova Palma – Santa Maria, Paróquia Santíssima Trindade – Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 1996, pp. 63, 293-342.

[29] PECILE, *Cronaca dell'emigrazione*, no “Boletim da Associação Agrária Friulana”, v. III (1880), n. 10, pp. 77-78.

[30] Sobre a base das diversas estimas, Gino e Alberto de Caporiacco propõem um quadro quantitativo da emigração permanente no Friuli “italiano” e no Friuli “austríaco” de 1876 até 1880, ver Gino e Alberto de Caporiacco, *1877-1880 Coloni friulani in Argentina, in Brasile, Venezuela, Stati Uniti*, Reana di Roiale, Chiandetti Editore, 1978, p.236.

[31] *Sacile e il suo distretto*, Udine, Tipografia de Giuseppe Seitz, 1868, p.63. Em ocasião do VII encontro da Associação Agrária Friulana a prefeitura de Sacile preparou um estudo monográfico para oferecer aos sócios conveniados no próprio município. Subdividido em três partes (cenas geográficas e topográficas, cenas históricas e cenas estatísticas) o trabalho oferece um quadro particularmente do Distrito de Sacile e dos municípios que os integram.

[32] A. DELLA SAVIA, *Notizie campestri e commerciali*, in “Boletim da Associação Agraria Friulana”,

Nuova Serie (1877), vol. 5, p. 790

.

[33] A. LAZZARINI, *Campagne venete ed emigrazione di massa (1866-1900)*, Vicenza, Istituto para a pesquisa da história social e história religiosa,

1981, pp. 157-181

.

[34] *Inchiesta Agraria e sulle condizioni della classe agricola. Volume IV. Relazione del*

*Comm. Emilio Morpurgo sulla XI Circoscrizione (province di Verona, Vicenza, Padova, Rovigo, Venezia, Treviso,*

*Belluno e Udine)*, Roma, Tipografia del Senato, 1982, p. 34

[35] idem p.54

[36] LAZZARINI, op. Cit., pp. 182-184

[37] MORPURGO, op. cit., p. 471.

[38] Idem pp. 15-16.

[39] Ver *Sacile e il suo ...*, cit...p. 100; BORIN, op. cit., pp. 62 e 82.

[40] E. FRANZINA, *La grande emigrazione. L'esodo dei rurali dal Veneto durante il secolo XIX*, Venezia,

Marsilio Editori, 1976, pp. 168-169

.

[41] Em propósito ver F. MICELLI, *Emigrazione friulana (1815-1915). Liberali e geografi, socialisti e cattolici a*

*confronto*, em “Qualestoria”, N. S. X (1982), n. 3, pp. 5-38

.

[42] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s.III (1878), v.1, pp.5.

[43] Idem. p. 75.

[44] Idem. p. 77.

[45] Idem. pp. 147-148

[46] Idem. p. 182

[47] Este é o único registro civil do último século conservado nos arquivos municipais.

[48] L. BUSATTO, *L’immigrazione italo-veneta nello Stato di Espirito Santo*, em G. MEO ZILIO (editado por),

*Presenza, cultura, lingua e tradizioni dei veneti nel mondo. Parte I. America Latina. Prime inchieste e documenti*,

Veneza, Regione Veneto - Centro Interuniversitario di studi veneti, 1987, p. 148

.

[49] Ver “Boletim...”, cit., pp. 182. Se tenha presente que as partidas segundo o Boletim se verificaram de Caneva no mês de janeiro aconteceram no mês de março sucessivo.

[50] “Boletim ...”, cit., pp. 182-183.

[51] BUSATTO, op. cit., p. 148

.

[52] Os lotes mediam 302.500 m<sup>2</sup>, com 275m frontais ao longo do curso d’água, por 1.100m de profundidade; em geral os “prazos” eram vizinhos com terrenos não cultivados.

[53] BUSATTO, op. cit., p. 148

.

[54] Ver L. BUSATTO, *Por uma identidade italo-capixaba*, em M. REGINATO (editado por ), *Dal Piemonte allo Stato di Espirito Santo. Aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra Ottocento e Novecento. Atti del Seminario Internazionale Torino 22-23 settembre 1995*, Turim, Regione Piemonte-Fundação Giovanni Agnelli-Società Italiana di Demografia Storica, 1996, p. 189

[55] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1879), vol. II, n.23 p.181

[56] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1879), vol. II, n.28 p.219

[57] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1879), vol. II, n.38 p.301

[58] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1880), vol. III n.10 p.77

[59] R. M. GROSSELLI, *Colonie imperiali nella terra del caffè. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte II. Espirito Santo 1874-1900*, Trento, Provincia Autonoma di Trento, 1987, p. 397

[60] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1880), vol. III, n.27 p.211

[61] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1880), vol. III, n.34 p.269

[62] “Boletim da Associação Agrária Friulana”, s. III (1880), vol. III, n.23 p.54

[63] O certificado do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul atestou a chegada da família Zatti de Caneva e foi transmitido a Don Egidio Camerin, pároco de Cavena, de Genoveva Mussoi Sprinz de Porto Alegre, bisneta de Catarina.

[64] GROSSELLI, op. Cit., p.407

[65] Idem p.357

[66] Idem p. 365.

[67] BUSATTO, op. Cit., p. 149. Grosselli ao invés atribui “a uma forma virulenta de malária” a causa das mortes acontecidas em Santa Cruz, ver GROSELLI, op. Cit., p.360.

[68] R. M. GROSELLI, *Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte IV Sao Paulo 1875-1914*, Trento, Provincia Autonoma di Trento, 1991, p. 93

[69] A. TRENTO, *Introduzione a La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile. Edizione italiana* (editado por) de A. T., Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1991, pp. XXII-XXIII

[70] F. CECOTTI, *L'emigrazione dal Litorale austriaco verso Argentina e Brasile. 1878-1903*, cit., pp. 22-25.

[71] TRENTO, op. Cit., p. XXIII

[72] Idem p. XXXII

[73] A propósito da imigração como escolhida F. P. CERASE, *L'emigrazione italiana nelle Americhe*, em “Bollettino di Demografia Storica”, (1987), n. 5, e “Boletin de la Asociacion de Demografia Historica”, V (1987), n. 5, pp. 31-35.

[74] L. FAVERO – G. TASSELLO, *Cent'anni di emigrazione italiana (1876-1976)*, em G. ROSOLI (editado por ), *Un secolo di emigrazione italiana 1876 – 1976*, Roma, Centro Studi Emigrazione, 1978, pp. 27, 31.